

Cassações e convenções esquentam a semana

A semana começa agitada no Congresso com a decisão sobre os pedidos de cassação dos deputados Ricardo Fiúza (PFL/PE) e Ibsen Pinheiro (PMDB/RS) e ainda com a expectativa, mais uma vez, de quorum para a aprovação de uma agenda mínima da revisão constitucional. As convenções partidárias, que se realizam a partir do dia 14 de maio, também devem movimentar os próximos dias do Congresso Nacional.

O PSDB homologa a candidatura de Fernando Henrique Cardoso no dia 14, em Contagem, Minas Gerais, e o PMDB no próximo domingo realiza as prévias

para escolher entre os candidatos Orestes Quércia, José Sarney e Roberto Requião. A convenção do partido, que vai definir a candidatura de um dos três, está marcada para os dias 21 e 22 de maio em Brasília.

Acusado pela CPI do Orçamento de uma movimentação bancária de US\$ 807 mil acima de seus rendimentos e também de receber depósitos bancários do deputado **anão** Genebaldo Correia (PMDB/BA), o deputado Ibsen Pinheiro será julgado amanhã (10) na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Após a apreciação do pedido de

cassação de Ibsen na CCJ, a Câmara deve decidir se acolhe ou não a decisão da comissão que inocentou o deputado Ricardo Fiúza. O relator do caso Fiúza na CCJ, deputado Hélio Bicudo (PT/SP), chegou a denunciar a existência de um acordo entre PFL e PMDB que teria como objetivo inocentar os dois parlamentares.

No caso de Ibsen ser condenado amanhã, é provável que os peemedebistas deixem de apoiar Fiúza na votação de quarta-feira. Contra o deputado Ricardo Fiúza há ainda uma nota oficial, emitida pela Comissão Especial de Inves-

tigação (CEI), instituída para apurar as denúncias de corrupção que envolvem o Executivo, que será entregue hoje ao presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira.

Falso — De acordo com o ministro da administração, Romildo Canhin, presidente da Comissão, Fiúza adulterou um documento da Caixa Econômica Federal e o utilizou para respaldar sua defesa durante o julgamento na CCJ.

Fiúza é acusado ainda de incluir emendas no Orçamento de 1992 quando foi relator da Comissão Mista de Orçamento, depois da lei orçamentária ter sido

aprovada pelo Congresso. O deputado Fiúza, que foi inocentado na CCJ, diz que está pronto para recorrer ao Supremo Tribunal Federal se o seu mandato for cassado pelo plenário da Câmara.

A partir de amanhã, o clima das convenções partidárias vai movimentar o Congresso. Uma reunião dos dissidentes do PSDB, descontentes com a aliança do partido com o PFL, deve decidir pelo adiamento da convenção marcada para o próximo sábado ou a realização de prévias entre os tucanos para avaliar a escolha do vice. A dissidência tucana atribui a queda de Fernando Henrique nas

pesquisas à aliança com o PFL.

O PDT realiza sua convenção em São Paulo no sábado, quando vai homologar a candidatura de Leonel Brizola à Presidência.

Com uma agenda política tão intensa, o Congresso deve ainda garantir o quorum necessário para levar em frente a agenda mínima da revisão constitucional. Os líderes se reuniram na semana passada e aprovaram 11 pontos mais importantes que devem ser votados até o dia 31, data do encerramento dos trabalhos.

Entre os temas estão a redução para quatro anos do mandato do presidente da República.